

BOLETIM 156

Brasília, 04 de julho de 2016

Comissão Especial deve votar parecer sobre atividade sindical

A Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical reúne-se na próxima terça-feira (5) para discutir e votar o relatório final do deputado Bebeto (PSB-BA).

A última versão do texto, apresentado no último dia 24, propõe a criação de uma contribuição a ser paga pelo trabalhador (sindicalizado ou não): a contribuição negocial.

O parecer também estende a servidores estaduais e municipais a obrigação de pagar um dia de trabalho como imposto sindical. O texto inicial previa o tributo apenas para servidores públicos federais.

Nova contribuição - A contribuição negocial, prevista no relatório de Bebeto, será cobrada mensalmente tanto de empregados quanto de empregadores, com exceção do mês de cobrança da contribuição sindical. O valor a ser arrecadado será fixado em assembleia de negociação salarial ou convenção coletiva e não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador.

Essa contribuição, destinada ao pagamento das despesas jurídicas, técnicas e administrativas das negociações coletivas, é cobrada atualmente por alguns sindicatos, mas há questionamentos na Justiça sobre sua validade e extensão.



O parecer do deputado Bebeto foi amplamente discutido com o movimento sindical

A comissão reúne-se no plenário 11 a partir das 14 horas.

Fonte: Agência Câmara

Audiência pública debaterá mudanças na CLT

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (5) para debater propostas de alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43), propostas no Projeto de Lei 427/15, do deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), e apensados, que permite a homologação, a conciliação e o julgamento de acordos trabalhistas pela justiça do Trabalho.

O debate foi solicitado pelo deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), por considerar muitas as normas desatualizadas diante da grande demanda por trabalho e emprego no País. O parlamentar ressalta que, devido a essa



desatualização, existem muitas controvérsias que atualmente existem diversas controvérsias a respeito da legislação trabalhista e da proteção aos trabalhadores.

Segundo Benjamin Maranhão, o intuito dos projetos em debate é normatizar os dissídios, acordos e convenções coletivas, para possibilitar que as negociações realizadas entre empregadores e empregados tenham validade jurídica. O deputado destaca a necessidade de ouvir representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), das centrais sindicais e dos empregadores.

“Levando-se em consideração que a CLT foi concebida na década de 1940 e que há bastante resistência à alteração de seus dispositivos, torna-se necessário firmar um debate produtivo com as vertentes que amparam o direito de todos os interessados, com o intuito de adequá-la à realidade”, argumenta.

Debatedores

Foram convidados para a audiência:

- o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho;
- o ministro do TST Maurício Godinho Delgado, representando a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra);
- o 3º diretor financeiro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan;
- o diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Ivo Dall'Acqua Junior;
- o advogado da Divisão Sindical da CNC, Roberto Luis Lopes Nogueira;
- o diretor de Relações do Trabalho da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Magnus Ribas

Apostólico, representando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);

- o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah;
- o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle;
- o 1º secretário-geral da Força Sindical, Sérgio Leite; e
- o coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), João Carlos Teixeira.

O debate está marcado para as 14 horas, no plenário 12.

Fonte: Agência Câmara

CMA debaterá metodologias de cálculo do índice de desemprego no Brasil

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza, na quarta-feira (6), às 9h, audiência pública interativa para debater os critérios e a metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil.

Em requerimento para a realização da audiência, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirma que a taxa de desemprego no Brasil é feita com critérios e metodologia incompatíveis entre si que “escondem uma massa de desempregados sob diversas nomenclaturas técnicas, o que não



contribui para o adequado enfrentamento do problema”.

O senador acrescenta que recursos públicos são investidos pelo governo federal, em diversas áreas, tendo em vista as estatísticas oficiais de desemprego, razão pela qual é de se exigir absoluta credibilidade e rigor técnico desses números.

"Espera-se a adoção de medidas que combatam rapidamente o avanço do desemprego, o que só será possível se, primeiro, o tamanho real do problema for conhecido e, depois, se for possível confiar no acerto das estatísticas oficiais que orientam as políticas públicas", afirma o senador.

Foram convidados para a audiência pública o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) André Gambier; o assessor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Antônio Ibarra ; o especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Trabalho Mário Magalhães e o diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Roberto Luis Olinto Ramos.

A reunião terá caráter interativo. As pessoas que quiserem participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal eCidadania ou pelo Alô Senado (0800 61 2211).

Fonte: Agência Senado

Modernização da legislação mineral será debatida em audiência pública

A Subcomissão de Mineração promove audiência pública interativa na terça-feira (5) para debater a modernização da legislação brasileira . O debate tem início às 14h na sala 13 da Ala Alexandre Costa.

Presidente do colegiado, o senador Wilder Moraes (PP-GO) disse que a legislação vigente não tem se mostrado suficiente para promover a competitividade dos bens minerais junto ao setor industrial, o que revela a necessidade de sua modernização e adequação para práticas empresariais modernas. É necessário o incentivo a atividades que agreguem valor ao minério, que demanda emprego intensivo de capital, tecnologia, mão de obra qualificada, energia e infraestrutura, entre outros fatores e insumos, salientou o senador.

Para o debate foram convidados o procurador do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Frederico Munia Machado; o coordenador da Comissão Jurídica do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Guilherme Simões; o professor voluntário da Universidade de Brasília (UnB), Adriano Drummond Cançado Trindade; o professor da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Facury Scaff; o advogado William Freire; o procurador federal aposentado Luiz Antônio Sotério de Oliveira; e o advogado e geólogo Luis Mauricio Ferraiuoli de Azevedo.



A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração funciona no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Fonte: Agência Senado

Governo prorroga prazo para saque do PIS/Pasep de 2014

Os trabalhadores que perderam o prazo para sacar o abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), referente ao ano-base de 2014, terão nova oportunidade para retirar o benefício.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou sexta-feira (1º) que os mais de 1,2 milhão de trabalhadores que perderam o prazo, encerrado quinta-feira (30), poderão fazer o saque entre os dias 28 de julho e 31 de agosto.

“A bancada dos trabalhadores no Codefat [Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalho] sugeriu a ampliação do prazo para que todos fossem contemplados. Conversamos com o núcleo do governo, que foi sensível a essa medida, dada a necessidade de aprimorar esses programas sociais que são muito importantes na vida dos trabalhadores”, disse Nogueira.

De acordo o ministro, não houve diferença na média de comparecimento dos trabalhadores para saque do benefício em relação aos anos anteriores, mas o governo decidiu “inovar” ao prorrogar o prazo. “A intenção do governo é que 100% dos trabalhadores que têm direito ao abono possam ter a oportunidade de comparecer às

agências e retirar o abono. É a primeira vez que o governo toma a iniciativa de ampliar o prazo”, disse.

O abono - O benefício, equivalente a um salário-mínimo (R\$ 880), é pago a empregados que tenham trabalhado com carteira assinada por pelo menos 30 dias em 2014 e tenham recebido até dois salários-mínimos por mês nesse período.

O trabalhador também precisa estar cadastrado no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos e ter tido os dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Até agora, foram sacados R\$ 18,3 bilhões. Os recursos não sacados retornam ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O abono salarial é um dos benefícios pagos pelo FAT, que também custeia o seguro-desemprego, os cursos de qualificação profissional feitos em parceria com os governos estaduais e a participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados.

Fonte: Portal EBC

Temer defende aposentadoria só aos 70 anos

Além de elevar a idade mínima da previdência a um patamar que nenhum país aplica, governo interino quer reduzir o valor.

No Maranhão, que tem a pior expectativa de vida (70) do país, o trabalhador médio morreria antes mesmo de começar a receber o benefício para o qual contribuiu longos anos da vida.



Mesmo com a tendência de aumento da expectativa de vida, a população viveria menos tempo como aposentada.

A reforma na previdência é tratada como prioridade pelo governo interino, que quer estabelecer uma idade mínima, independente do tempo de contribuição, para que o trabalhador brasileiro tenha direito ao benefício. Apesar de nenhum país no mundo adotar uma idade mínima para a aposentadoria acima dos 67 anos, o presidente em exercício, Michel Temer (*foto*), negocia para que as futuras gerações do Brasil só se aposentem depois dos 70 anos. A ideia está em discussão por um grupo de trabalho que reúne apenas parte das centrais sindicais e representantes do governo. Em declarações à imprensa, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) defende que o projeto, ainda não apresentado ao Congresso, seja aprovado até o fim do ano, caso o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff seja confirmado pelo Senado.

O impacto de uma idade mínima de 70 anos para a aposentadoria, ainda que seja de forma progressiva, ao longo do tempo, é algo sem precedentes no sistema de seguridade social do Brasil. Para se ter uma ideia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), a expectativa média de vida da população brasileira é de 75,2 anos. Se a idade mínima de 70 ou mesmo de 65 anos para a aposentadoria já estivesse em vigor, a maioria das pessoas trabalharia praticamente até a morte. Em estados com Pernambuco (73), Sergipe (72) e Pará (71), essa expectativa de vida é inferior à média nacional. No Maranhão, que tem a pior expectativa de vida (70) do país, o trabalhador médio morreria antes mesmo de começar a receber o benefício para o qual contribuiu longos anos da vida. Mesmo com a tendência de aumento da expectativa de vida, a população viveria menos tempo como aposentada.

Redução do benefício - Outra medida já anunciada pelo governo interino, e que deve fazer parte da proposta de reforma da previdência, é a redução do piso dos benefícios pagos pelo INSS. Atualmente, o valor mínimo da aposentadoria é o salário mínimo, que responde por 70% dos benefícios da Previdência. Se o salário mínimo aumenta, a aposentadoria também aumenta. Porém, Michel Temer quer estabelecer um salário de referência paralelo que, na prática, vai reduzir o valor dos benefícios, descolando seu valor do salário mínimo. A medida vai impactar sobre 21 milhões de segurados do INSS.

Além da desvinculação entre aposentadoria e salário mínimo, outra medida do governo que vai impactar sobre a previdência é o projeto que visa estabelecer um teto nos gastos públicos. De acordo com essa proposta, o orçamento federal ficará praticamente congelado entre um ano e outro, aumentando apenas de acordo com a inflação. Com isso, tanto salários como aposentadorias e programas sociais ficariam estagnados ou seriam reduzidos. O professor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sicsú, fez



uma simulação, caso essa medida proposta por Temer já estivesse valendo desde 2006. Nesse cenário, o valor médio da aposentadoria no Brasil, que hoje é de R\$ 1.608, seria de R\$ 1.013, uma redução de 40%. Essa medida vai além de impacto na aposentadoria e pode gerar perdas bilionárias nos orçamentos de saúde e educação, praticamente inviabilizando a continuidade de programas como o 'Mais Médicos', Fies, Prouni, entre outros.

A principal justificativa para o governo propor, de novo, a reforma na previdência, seria o envelhecimento da população, que vai gerar ainda mais déficit no setor. A professora Denise Gentil, da UFRJ, pesquisadora do tema, discorda dessa tese. Para ela, o corte de direitos vai aprofundar as desigualdades sociais, aumentar a miséria e não vai resolver o problema da sustentabilidade das contas previdenciárias. Para a professora, o governo deve estimular o crescimento, a geração de empregos e a formalização de trabalhadores com carteira assinada. Além disso, ao longo do tempo, com a diminuição da taxa de nascimento de crianças, haverá uma sobra orçamentária dos recursos para a educação, principalmente na faixa de 0 a 7 anos, o que poderá compensar o aumento de gastos da previdência. "O governo poderá universalizar o acesso ao ensino básico, eliminar o analfabetismo e, com isso, aumentar a produtividade dos trabalhadores. É preciso investir em educação e ciência e tecnologia, pois é isso que fará com que cada trabalhador produza mais e ajude a sustentar o crescimento do número de pessoas aposentadas", declarou durante audiência pública realizada na Comissão de Seguridade Social do Senado, no início do ano.

Fonte: Jusbrasil

TST encerra semestre com redução no acervo de processos apesar das restrições orçamentárias

O Tribunal Superior do Trabalho reduziu, nos seis primeiros meses de 2016, 8,4% de seu acervo geral de processos em relação ao mesmo período do ano passado. Na sessão do Órgão Especial que encerrou as atividades do semestre, o presidente da Corte, ministro Ives Gandra Martins Filho, informou que o resíduo total atual é de 259 mil processos, em comparação a 282.724 mil em 2015.

Como reflexo da mudança na sistemática recursal introduzida pela Lei 13.015/2015, o TST recebeu 19% a menos de recursos em relação ao primeiro semestre do ano passado. "Muitos processos estão sendo retidos nos TRTs para uniformização interna de suas jurisprudências, e isso acabou fazendo com que o número de julgamentos, no TST, reduzisse 6%", observou o presidente. "Julgamos 147 mil recursos, contra 138 mil ano passado". Segundo o presidente, vários gabinetes estão com seus acervos praticamente zerados, produzindo os processos que chegam na semana ou no mês, e, em alguns, o tempo médio de permanência dos recursos é de 20 dias.

Orçamento - O ministro Ives Gandra Filho reiterou que o principal problema enfrentado em 2016 pela Justiça do Trabalho é a questão orçamentária. Ele manifestou solidariedade a todos os Tribunais Regionais do Trabalho e assinalou que a partir de julho determinou que



parte dos recursos do TST seja devolvida ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para que possa ser repassado aos TRTs com situação financeira mais severa, inclusive com a perspectiva de ter de parar suas atividades a partir de agosto.

O presidente afirmou que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dyogo Oliveira, tem se mostrado sensível ao problema e, juntos, técnicos do CSJT, do Ministério e do Tribunal de Contas da União estão buscando juntas uma fórmula que será aplicada somente à Justiça do Trabalho. "Eles entenderam que o nosso caso é diferente, e que nosso corte foi discriminatório, bem maior do que os dos outros ramos do Judiciário e dos demais Poderes", ressaltou.

O ministro tem a expectativa de que, na próxima semana, a Justiça do Trabalho possa ter acesso à remuneração de seus depósitos judiciais. "Por questões de legislação fiscal, temos tido dificuldade de receber esses recursos, e esperamos conseguir, após com consulta ao TCU", informou. Segundo Ives Gandra Filho, essa medida garantiria ao Judiciário Trabalhista manter seu funcionamento regular até o fim do ano. "Se não tivermos acesso a essa fonte própria, a partir de agosto vários tribunais estarão fechando suas portas".

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)